



A ADAPTAÇÃO DA LINGUAGEM NA ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COM O PÚBLICO INFANTOJUVENIL

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Relato de experiência

Ana Clara M. S. SILVA (Curso de graduação em Direito/UFMT)
anatxuclara@gmail.com

Nicole V. RIBEIRO (Curso de graduação em Direito/UFMT)
nicolevianaribeiro3@gmail.com

Valdeir R. JESUS (Docente do Curso de Direito da UFMT)
professorvaldeir@yahoo.com.br

1 Introdução

O presente trabalho é pautado em reflexões realizadas no âmbito do Projeto de Extensão “Rede de Proteção à Mulher: também Eles Por Elas - ‘HeForShe - Dynamis’”, desenvolvido desde 2015 na Universidade Federal de Mato Grosso, no Câmpus Universitário do Araguaia (UFMT - CUA), visando, além de fomentar discussões sobre o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, chamar homens e meninos (“eles”) para somarem à luta “delas”, na efetivação dos direitos humanos das mulheres e da igualdade de gênero.

O Projeto encontra lastro na Constituição Federal de 1988, principalmente no que tange à equiparação, em todos os níveis, de direitos e obrigações entre homens e mulheres, bem como na Lei nº 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”), a qual estabelece diretrizes para a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, especialmente voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.

Com base na perspectiva teórica freiriana, em que há a construção de saberes em troca (Freire, 1967), as ações do Projeto foram empreendidas por meio de uma prática dialógica e horizontalizada, permitindo aos estudantes, público-alvo das atividades extensionistas, uma participação ativa nas intervenções desenvolvidas.

Até o ano de 2022, o grupo de extensão atuava, preferencialmente, com as turmas de Ensino Médio. No entanto, em razão da premente necessidade de estabelecer um diálogo com o público infantojuvenil, o que pode ser percebido, inclusive, por meio das solicitações das próprias unidades de ensino, o referido Projeto passou a incluir em seu portfólio as séries de Ensino Fundamental.

Portanto, busca-se, com este trabalho, relatar as experiências observadas no âmbito da extensão universitária e discutir os desafios que permeiam a abordagem da violência contra as mulheres com o público infantojuvenil.

Realização





2 Procedimentos metodológicos

Em geral, o grupo extensionista percorreu uma linha metodológica similar às anteriores, incluindo a realização de reuniões de alinhamento temático, organização logística, leituras formativas, além da preparação de atividades lúdicas e dinâmicas relacionadas à identificação da violência em vários contextos sociais e à desconstrução de estereótipos de gênero.

O processo de capacitação extensionista, embora predominantemente presencial, também incluiu um encontro remoto, via Google Meet, para a estruturação didática das ações interventivas a serem realizadas. A construção metodológica, além do mais, demandou um exercício de reflexão e de planejamento acerca de múltiplos aspectos referentes à unidade escolar a ser atendida, tais como a localização, períodos de funcionamento, modalidades e níveis de ensino, assim como a respectiva faixa etária de cada série/turma.

Ao total, foram realizadas 4 (quatro) intervenções na Escola Estadual Alexandre Leite, localizada no município de Ribeirãozinho/MT, com as turmas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, com a duração de 1 hora cada e contando com a participação de 12 extensionistas.

Para além da exposição teórica, outras 2 (duas) dinâmicas foram implementadas, ambas partindo da exibição de um trecho do documentário “Precisamos Falar do Assédio”, um experimento social que reúne depoimentos anônimos de diversas mulheres vítimas de assédio.

A partir de uma organização espacial horizontalizada, a primeira dinâmica propiciou a oportunidade de os estudantes se manifestarem, de maneira discreta, em relação às emoções desencadeadas por meio do elemento mobilizador, com a utilização de fitas coloridas para representarem os seus sentimentos. Já a segunda atividade, por sua vez, demandou o manuseio de um novelo de barbante para a construção integrada de uma “rede” de depoimentos e falas a respeito da violência, com o fito de demonstrar que todos estão conectados com o problema em análise, pois, de alguma forma, os participantes da atividade já sofreram ou presenciaram algum tipo de violência narrada no documentário exibido.

3 O *He For She* e o movimento social em defesa dos direitos das mulheres

Os movimentos sociais apresentam significados distintos, conforme a concepção teórica, a conjuntura histórica e o pesquisador a partir dos quais se desenvolvem. Embora



persista, ainda na contemporaneidade, uma discrepância quanto à multiplicidade de conceitos e significados a respeito da temática em questão, fato é que tais movimentos possuem a capacidade de disseminar, no âmbito social, novas perspectivas de pensar sobre as problemáticas sociais (Goss; Prudencio, 2004).

Neste aspecto, Gohn (1997) caracteriza os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, em uma conjuntura específica de relações de força na sociedade civil. De acordo com a autora, as ações desenvolvem um processo de criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, implicando em transformações na sociedade, de caráter conservador ou progressista (Goss; Prudencio, 2004).

É neste contexto que o Projeto *He For She*, inspirado no Movimento *He For She*, da ONU Mulheres (2014), se insere, pois diz respeito a um movimento cujo escopo é promover a identificação da coletividade masculina com questões ligadas à desigualdade de gênero, contribuindo para o seu fim.

Enquanto um ator social contemporâneo, o grupo de extensão não luta sozinho, mas atua em rede, em uma articulação global com o movimento das mulheres e dos feminismos. Promovendo atividades de pesquisa e capacitação atinentes ao tema, tal Projeto, isto é, uma agência do movimento social de reconhecimento dos direitos das mulheres, consiste em uma ação integrada entre diversas instituições públicas e privadas, sediadas no município de Barra do Garças/MT, a exemplo da “Rede de Frente” (Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher), com o fito de reduzir os índices de violência no circuito regional e em atenção à Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

A supracitada atividade de extensão universitária - um dos tripés do Ensino Superior público - intenta promover debates com a comunidade externa, notadamente em espaços escolares, acerca da violência doméstica contra a mulher, apresentando questões de ordem jurídica diretamente relacionadas e sensibilizando o público-alvo de suas intervenções a respeito da contribuição fundamental da coletividade masculina no árduo propósito de mitigar as disparidades de gênero.

4 O enfrentamento à violência contra a mulher nas escolas

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) a define como: “qualquer ato ou conduta baseada no



gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Esse grave problema, enviesado em nossa sociedade, pode ser mitigado por meio da educação, pois “se a educação não é a solução para acabar com a violência, sem educação a violência não tem solução, nem a curto nem a longo prazo” (Pino, 2007, p. 772). Sob esse viés, ao percorrer um caminho voltado à prevenção, percebe-se que a educação básica pode ser um eficiente caminho para tal.

Com base na compreensão de que a escola é um espaço de cidadania e de transformação, onde se integram saberes, culturas e vivências, o ambiente escolar mostra-se como um locus privilegiado para o desenvolvimento de estratégias que visem diminuir as desigualdades de gênero. Acredita-se, portanto, que a parceria entre a universidade e a comunidade possa ampliar o desenvolvimento dessa temática, promovendo uma visão integrada do social. (Xavier et. al., 2023).

Insta salientar que além das mulheres, o próprio público infantojuvenil pode ser também vítima de violência doméstica, nesse sentido Azevedo (1998, p.25) conceituou a violência contra crianças e adolescentes como: “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto”.

As crianças e adolescentes, herdeiros destas histórias, tendem a expressar comportamento de aceitação ou/e reproduzir a violência vivenciada, conforme Santiago e Mattioli (2009), pessoas submetidas a alguma forma de violência tendem a reproduzi-la no futuro, perpetuando o ciclo violento. Desse modo, uma vez conscientizados, conseguirão reconhecer as situações de violência, mitigando reverberações/réplicas de comportamentos violentos posteriormente.

Portanto, para a conscientização de tal fenômeno é imprescindível uma ação educacional mais profunda, em especial, no período “Escolar”, ou seja, nos Ensinos Fundamental e Médio, com normas educativas e espaços mais amplos de discussão que visem à compreensão das crianças e adolescentes sobre a violência doméstica, no sentido de unirmos forças não somente quanto aos adultos e infratores, mas quanto às crianças e adolescentes que serão estes homens do futuro. (Cruz; Silveira, 2020).

5 A adaptação da linguagem como estratégia no diálogo sobre a violência



A violência de gênero é um fenômeno complexo e, muitas vezes, sua manifestação é sutil, enraizada em estereótipos culturais que fazem parte do cotidiano. Costa et al. (2007) apontam que a violência psicológica, por sua natureza subjetiva e suas diversas formas de expressão, é a mais difícil de registrar. Desse modo, o uso de uma linguagem simples e informal conectada à realidade do público infantojuvenil facilita a identificação com o tema e promove reflexões mais profundas.

No caso de intervenções realizadas com o público infantojuvenil, é fundamental utilizar exemplos práticos que façam parte do universo deles. Conforme Piaget (1970, apud Vygotsky, 2005), o conhecimento não resulta apenas do armazenamento de informações, mas é constituído a partir das interações do indivíduo com o ambiente em que está inserido.

Desse modo, cada ação extensionista precisa ser adaptada ao contexto e à faixa etária dos estudantes. Para tanto, em nossa intervenção utilizamos trechos de filmes, séries, letras de música e *memes* populares, que promoveram uma verdadeira conexão entre os extensionistas e o público-alvo, proporcionando um diálogo efetivo. No contexto de ações extensionistas voltadas para o público infantojuvenil, uma comunicação que não seja acessível pode criar barreiras, prejudicando a compreensão e a participação do público-alvo.

6 Considerações finais

Os resultados obtidos demonstram impactos significativos, tanto no público infantojuvenil quanto na comunidade escolar em geral. Através de estratégias metodológicas focadas na adaptação da linguagem e no uso de recursos lúdicos, o projeto conseguiu atingir seus objetivos principais de sensibilizar e conscientizar os estudantes sobre a violência de gênero, fomentando uma cultura de paz e segurança, livre de abordagens preconceituosas.

Um dos resultados mais evidentes foi o engajamento ativo dos alunos durante as intervenções, os estudantes se sentiram à vontade para expressar seus sentimentos, compartilhar experiências e refletir sobre a violência de gênero e os estereótipos que permeiam suas vidas cotidianas. Além disso, outro ponto relevante foi a construção de uma consciência coletiva sobre o papel de meninos e homens no combate à violência de gênero, promovendo a ideia de que a luta pela igualdade de gênero deve ser protagonizada por todos, independentemente do gênero.



Por fim, do ponto de vista institucional, o projeto também foi bem-sucedido ao fortalecer a parceria entre a universidade e as escolas locais. Ao levar os debates para além dos muros da universidade, a ação extensionista não só promoveu a conscientização, como também contribuiu na construção de um ambiente escolar mais receptivo e sensível às questões de gênero.

7 Referências

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Com licença vamos à luta**. São Paulo: Editora Iglu, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha**: lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 20 set. 2024.
- COSTA, M. C. O. et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 5, p. 1129-1141, 2007. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v12n5/04.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.
- CRUZ, V. B.; SILVEIRA, C. R. Pensando no futuro: a educação escolar no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. *Ensaios Pedagógicos*, Itatiba: Universidade São Francisco, 2020. Disponível em: <http://ensaios.usf.edu.br>. Acesso em: 25 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 75-91, janeiro-julho 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624>. Acesso em: 20 set. 2024.
- PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- SANTIAGO, D. E.; Mattioli, O. C. **Violência doméstica consentida**: a construção de sentido pela criança vítima de maus tratos. In: O. C. Mattioli, M. de F. Araújo & J. L. Guimarães (orgs.) *A violência nos contextos familiar e social: Os desafios da pesquisa e da intervenção*. p. 17-330, 2009, Curitiba: CRV.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Trad. Ridendo Castigat Mores. Edição eletrônica: eBooksBrasil, 2005. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 25 set. 2024.
- XAVIER, M. C. F. et al. **“No caminho das Margaridas”**: construindo diálogos sobre a igualdade de gênero nas escolas. 16., 2023, Cajazeiras. In: XVI Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras: UFCG.